

ATA N.º 19/2015**Data da reunião ordinária: 15-09-2015****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 14:30 horas****Términus da reunião: 16:30 horas****A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jorge Manuel Alves de Faria**Vereadores:**

Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim
Rui Pedro Dias Gonçalves (em substituição de Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha)
Carlos Manuel Pires Rei Amaro
José David da Silva Ribeiro
Tília dos Santos Nunes

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da ata:****Nome:** Ana Gertrudes Marques Ramos**Cargo:** Assistente Técnica**Faltas justificadas:** Carlos Manuel Godinho Matias**Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria: 14-09-2015****Operações Orçamentais:** 517.278,64**Operações não Orçamentais:** 257.835,88

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

(Artigo 52.º da Lei n.º 75/2013 de 19/9 e art.º 7.º do Regimento da C.M.E.)

O Exmo. Presidente deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido feitas as seguintes intervenções:

1 – EXMO. PRESIDENTE

a) Deu conhecimento da comunicação da Vereadora Sra. Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, e Candidata à Assembleia da República, nas eleições de 4 de outubro de 2015, na Coligação Eleitoral Portugal à Frente (PPD/PSD-CDS/PP), da suspensão do exercício das funções autárquicas até ao final da campanha eleitoral, ao abrigo do artigo 8.º da Lei Eleitoral para a Assembleia da República, tendo sido substituída pelo membro seguinte na lista, Rui Pedro Dias Gonçalves. (MGD-11048/15)

b) Também, deu conhecimento da participação do Vereador Sr. Carlos Matias, de que não pode estar presente na reunião de hoje, por motivos inesperados de ordem pessoal, considerando-se justificada a sua falta. (MGD-11082/15)

c) Presente a Informação de Atividades desenvolvidas pelo Presidente e Executivo, no período de 02 de setembro a 15 de setembro de 2015

«Na manhã do dia **02 de setembro de 2015**, realizou-se uma reunião de trabalho com a Presidente da CCDRC – Prof.ª Doutora Ana Abrunhosa, todos os Vereadores da Câmara Municipal, o Presidente da Assembleia Municipal, os Presidentes das Juntas de Freguesia de São João Baptista e Nossa Senhora de Fátima e técnicos envolvidos nas empreitadas em questão.

Após a referida reunião, decorreu a inauguração das Obras de melhoria das acessibilidades inter concelhias: Casais Formigos e Casal Vidigal, requalificação da Rua Elias Garcia e o alargamento da Avenida das Forças Armadas.

Ainda nessa tarde, a Vereadora Dr.ª **Tília Nunes** esteve presente no almoço de despedida do Sr.º Padre Ricardo nas instalações da Santa Casa da Misericórdia.

Igualmente nessa tarde, face ao Convite formulado pelo Centro Hospitalar do Médio Tejo - CHMT, **estive presente**, conjuntamente com a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim**, na inauguração das novas instalações do Serviço de Nefrologia (tratamentos de diálise). Contou com a apresentação do Sr. Secretário de Estado da Saúde, Manuel Teixeira.

No dia 03 de setembro de 2015, a convite da CCDRC, **estive presente**, na Sessão de Trabalho referente à apresentação dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano no seu Auditório.

Ainda nessa tarde, reuni conjuntamente com a Vereadora Dr.ª **Tília Nunes**, com a Prof.ª Amélia Vitorino e o Prof. Arnaldo Marques, a fim de coordenar o evento “Receção ao Professor”, arranque oficial do ano letivo (no dia 09 de setembro de 2015).

Igualmente nessa manhã, a Vereadora Dr.ª **Tília Nunes** reuniu com representante da Firma Uniself, Lda, a fim de iniciar a preparação do ano letivo 2015/2016, relativamente às refeições escolares nos estabelecimentos de ensino.

Nesse mesmo dia, em face do Convite formulado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, **estive presente**, em minha representação, o Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Dr. Hugo Gonçalves, na sessão de esclarecimento

subordinada ao tema: “Instrumento financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas” na sede da ANMP, em Coimbra.

No dia 05 de setembro de 2015, decorreu mais uma iniciativa “Viver o Comércio” na Praça Salgueiro Maia, com a atividade “Oficina de Cortiça” (realização de base para quentes utilizando a cortiça) e brincadeiras com Bola de Sabão, para além da Mostra de Artesanato na Rua Luís Falcão de Sommer.

Nessa tarde, a convite da Paróquia da Sagrada Família, **estive presente** na Missa de despedida do Sr. Padre Ricardo, seguido de beberete.

Igualmente nessa noite, face ao convite formulado pelo Conselho de Arbitragem da Associação Futebol de Santarém, **assisti** à Sessão Formal de abertura de época 2015/2016 e assinatura dos Protocolos dos Centros de Treino de Almeirim e do Entroncamento, no Hotel Lux, em Fátima, seguido de Jantar.

Ainda nessa noite, integrado no Entro-Culturas – Noite Jovem, no Parque Radical, o DJ Rui Moita, animou a plateia.

Na manhã do dia 06 de setembro de 2015, **participei** no almoço convívio dos Veteranos do CADE.

Na manhã do dia 08 de setembro de 2015, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes** esteve reunida com a Prof.ª Cristina Coelho da Associação Encoprof, relativamente à preparação do ano letivo 2015/2016 das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's).

Nessa mesma manhã, ocorreu a reunião mensal com os Presidentes de Junta de Freguesia de São João Batista e Nossa Senhora de Fátima, a fim de avaliar, coordenar e debater assuntos relacionados com a nossa Cidade.

Ainda de manhã, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, reuniu com representantes do CRIT – Centro Reabilitação e Integração Torrejano, a fim de efetuar um balanço dos estágios profissionais que ocorreram no Município e eventual continuação da parceria entre as duas instituições.

Igualmente nessa tarde, ocorreu uma reunião entre a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes** e o Prof. José Ricardo, representante da entidade Educoach, referente às Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF's), no ensino pré-escolar para o ano letivo 2015/2016.

Ainda nessa tarde, **procedi** à assinatura do Protocolo de Parceria entre o Município do Entroncamento e a empresa José Marques Agostinho Filhos & Cia, Lda, na pessoa do Eng.º António Serra Quintela, no âmbito da campanha “Agostinhos Solidários”.

Tem como objetivo o estabelecimento de um programa de apoio aos munícipes com maiores dificuldades económicas, proporcionando maior segurança das instalações e boas práticas para o manuseamento do gás nas habitações sociais. A verificação das instalações de gás, informação sobre cuidados a ter e os procedimentos a adotar para manter as instalações de gás seguras, são algumas das ações a desenvolver. Numa 1.ª fase, realiza-se nas residências dos moradores de habitação social dos Blocos, na Rua General Humberto Delgado e numa 2.ª fase a todos os munícipes portadores do Cartão Municipal do Idoso (tipo B).

Na tarde do dia 09 de setembro de 2015, dei as Boas-vindas aos docentes e funcionários na Cerimónia de Abertura do Ano Letivo 2015/2016, na Sala Polivalente da Escola Secundária do Entroncamento. Em conjunto com a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, **assisti** à Palestra do Professor Doutor David Justino, antigo Ministro da Educação e atual presidente do Conselho Nacional de Educação, intitulada “Estratégias de Promoção do Sucesso Escolar”; seguido de lanche oferecido pelo Município.

Nessa noite, ocorreu mais uma edição Night Runners, com concentração no Pavilhão Desportivo Municipal, em parceria com o CLAC.

No dia 10 de setembro de 2015, na escadaria da Câmara Municipal, **apresentei**, em conjunto com a Vice-Presidente **Dr.^a Ilda Joaquim**, a Vereadora **Dr.^a Tília Nunes**, o Vereador **Dr. Carlos Amaro** e o Presidente da Junta de Freguesia de São João Batista, a Manta de retalhos, confeccionada pelos utentes do Centro de Convívio da Terceira Idade, da Associação dos Lares Ferroviários, dos Lares da Santa Casa da Misericórdia e da Associação Encoprof, no âmbito da iniciativa “Tricota esta Ideia! Uma Manta pelos Direitos dos Idosos” e que tem como objetivo alertar contra os maus tratos aos idosos e chamar a atenção para a Proteção dos Direitos dos Idosos.

A Manta será apresentada oficialmente no Dia Internacional dos Idosos, 1 de Outubro, em Oeiras, com o propósito de se candidatar ao Guinness World Book of Records, como a Maior Manta do Mundo feita por um país inteiro.

Por volta das 17.00h, **dessa mesma tarde**, a Vereadora **Dr.^a Tília Nunes** presidiu ao Conselho Municipal de Educação, na Sala de Sessões do Edifício da Câmara Municipal, que em conjunto planificaram as atividades escolares 2015/2016.

Igualmente **nessa tarde**, **recebi**, conjuntamente com a Vereadora **Dr.^a Tília Nunes**, o Prof. André Escórcio Soares, docente na Universidade de Coventry, no âmbito da geminação com Universidade portuguesa (cerca de 25 alunos e professores) que visitou a nossa Cidade e o Museu Nacional Ferroviário.

Nessa noite, a convite da União Futebol do Entroncamento, **estive presente** na Abertura do Festival de Verão no Jardim Afonso Serrão Lopes (Zona Verde), que decorreu nos dias 10, 11, 12 e 13 de setembro de 2015.

No dia 11 de setembro de 2015, na sequência da Convocatória recebida pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, estive presente na 9.^a reunião do Conselho Intermunicipal. Nesta reunião estiveram presentes as seguintes entidades: IPAM (apresentação das conclusões obtidas no âmbito do Plano de Marketing Turístico do Médio Tejo); ARTEMREDE e apresentação do Projeto MEDIOTEJO.NET.

Nessa mesma tarde, a Vice-Presidente **Dr.^a Ilda Joaquim**, reuniu, na Sala da Assembleia Municipal, com a comissão não permanente para a criação da bolsa de agentes eleitorais (da Lei 22/99 de 21 de abril).

Durante o dia 12 de setembro de 2015, decorreu mais uma atividade para crianças “Dia Criativo no Posto de Turismo”.

Nessa mesma tarde, a Vereadora **Dr.^a Tília Nunes**, esteve presente na inauguração da exposição de pintura da autoria de Zulmira Bento intitulada “Memórias Daqui e Dali”, na Galeria Municipal. Encontra-se patente até 24 de setembro.

Igualmente nessa tarde, foi realizada uma Missa na Igreja da Sagrada Família por ocasião da chegada do novo sacerdote da Paróquia, o Sr. Padre Luciano Oliveira, na qual estiveram presentes a Vice-Presidente **Dr.^a Ilda Joaquim** e o Vereador **Dr. Carlos Amaro**, em representação do Município.

Nessa mesma noite, ocorreu mais uma edição Entro.Culturas – Noite Jovem, no Parque Radical, a cargo do DJ Homem do Griff (Hugo Luz).

Na manhã do dia 14 de setembro de 2015, a Vereadora **Dr.^a Tília Nunes** esteve no início da formação interna das Assistentes Operacionais realizada na Escola Dr. Ruy d’ Andrade, dedicada à temática da Psicologia, valorização e desenvolvimento profissional.

Nessa mesma tarde, decorreu a Abertura da Época 2015/2016 do Centro Municipal de Marcha e Corrida do Entroncamento no Pavilhão Desportivo Municipal.»

d) Face à Recomendação distribuída pelo Vereador da CDU sobre a situação dos refugiados e imigrantes na Europa, referiu que o Executivo tem vindo a trabalhar no sentido de criar uma solução para poder receber na nossa cidade refugiados que no seu entender devem colaborar e participar ativamente no desenvolvimento desta causa. Ainda não tinha tornado público este procedimento porque está envolvida uma terceira entidade, que é as Infraestruturas de Portugal.

A recetividade da proposta apresentada pelo município, foi total por parte das Infraestruturas de Portugal, na qual foram pedidos 4 ou 7 edifícios em concreto, por ter custo baixo e ser rápida a sua recuperação, e em conjunto com a rede social fazer a integração desses imigrantes. Essa proposta está a ser estudada podendo ser mais alargada, no âmbito das nossas capacidades e competências.

e) Hoje iniciaram-se na Freguesia de S. João Batista, as pinturas das passeadeiras que já aqui foram referidas e estão a ser efetuadas pelos funcionários.

2 – VEREADOR SR. DAVID RIBEIRO

a) Colocou uma questão que já foi levantada pela bancada da CDU e é conhecida por todos, que é sobre o Bar do Parque do Bonito junto aos campos de futebol e que ainda não foi colocada a barra de proteção junto às escadas e que deveria constar nas obras deste equipamento e não é um custo tão elevado para que ainda não tenha sido colocado.

Também, sobre o estado daquele edifício que tem muitas fendas e infiltrações, a placa partiu e também se partiu um vidro e as portas qualquer dia também não fecham, sabe que esta situação é conhecida por técnicos da Câmara, aconselha a fazerem uma visita.

É um local muito visitado por pessoas que vêm acompanhar as equipas de futebol à nossa cidade.

A pessoa que tem aquele espaço alugado disponibilizou-se para pintar e fazer a reparação, sabe que a Câmara não se recusa a fazê-lo, mas já apresentou um projeto para ver a sua viabilidade e melhorar aquele espaço. A estrutura que lá foi montada não será a melhor.

b) Leu a seguinte Recomendação que previamente tinha sido distribuída pelo Executivo, sobre a situação dos refugiados e imigrantes na Europa

«Face à dimensão do drama humano do movimento de refugiados e imigrantes oriundos de várias regiões do continente africano e Médio Oriente, a CDU:

1 – Realça que estes movimentos migratórios e de imigrantes são autênticas fugas à pobreza, à guerra e à morte. As centenas de milhares de seres humanos e de famílias inteiras que arriscam a vida em luta pela sua sobrevivência carregam consigo histórias dramáticas de vida. O seu inaliável direito à vida e à dignidade é um princípio basilar consagrado na Carta das Nações Unidas.

2 – Sublinha que esta dura realidade é uma dolorosa demonstração do caráter desumano, explorador e agressivo do sistema dominante – o capitalismo, e tem causas e responsáveis: os processos de desestabilização em vários pontos do

globo e as guerras de agressão imperialista, a política de domínio económico e de saque dos recursos naturais.

3 – Considera que o Estado português deve, por razões humanitárias e por obrigação constitucional, tomar as medidas para dar o devido acolhimento a refugiados e imigrantes numa expressão da solidariedade do Estado português para com os povos vítimas das agressões e políticas anteriormente referidas. Um acolhimento que permita a integração plena, nos planos social, económico, laboral, dos direitos à saúde e à educação.

4 – Deplora a forma como a União Europeia reage a esta realidade, identificando no direito à sobrevivência de milhões de seres humanos uma ameaça, abrindo campo ao racismo e à xenofobia e às ações criminosas de grupo fascistas. Deplora a visão de total discriminação na resposta a dar aos problemas humanitários colocados a pretexto da distinção entre refugiados e migrantes e condena frontalmente as visões e declarações, nomeadamente de partidos políticos portugueses, que a pretexto do drama humanitário criado pelas políticas dos EUA, da NATO e da União Europeia apontam o caminho de novas aventuras militares no Médio Oriente e no continente africano.

5 – Considera que a resposta necessária a esta situação passa obrigatoriamente pelo respeito dos direitos humanos, incluindo sociais e laborais, e do direito dos povos ao desenvolvimento; pelo abandono da política de repressão e de militarização desta questão – que apenas aprofunda as causas e alimenta as redes de imigração ilegais; pelo desenvolvimento de uma política humanitária de apoio aos refugiados e de respeito pelos direitos dos migrantes e pelo combate às causas da imigração em massa – ou seja pelo fim das políticas de guerra e ingerência, pelo fim das políticas neocoloniais de exploração dos povos e países de África e do Médio Oriente, pelo respeito da soberania e independência dos Estados, pelo decidido combate à pobreza e por políticas de real solidariedade e cooperação para o desenvolvimento dos países economicamente menos desenvolvidos.

Recomenda ao Executivo da Câmara Municipal que, no quadro de um plano da responsabilidade do Estado central, se integre no esforço de integração destas vítimas, honrando as tradições de solidariedade e humanismo do povo do nosso concelho.»

Congratula-se com a iniciativa feita pela Câmara Municipal, referida pelo Sr. Presidente, com as Infraestruturas de Portugal de modo a se encontrar urgentemente, algum espaço que nos permita acolher algumas dessas famílias.

Sobre estas questões o Exmo. Presidente referiu:

Relativamente à situação dos refugiados e imigrantes na Europa que a Câmara associa-se à sua integração e está em curso uma parceria com a Infraestruturas de Portugal.

Em relação ao Mibar sabe que o concessionário já manifestou essa intenção, não conhece em concreto nenhuma proposta, desde que seja enquadrada com o espaço será autorizada e de acordo com a concessão.

Nesta altura, o Exmo. Presidente deu a palavra a uma munícipe, que se encontrava presente na sala e pretendia intervir, cuja intervenção se encontra transcrita no final das intervenções dos Srs. Vereadores.

3 – VEREADOR SR. RUI GONÇALVES

Em relação à Recomendação apresentada pela CDU referiu que não se identifica com alguns termos utilizados, mas sabe qual é o fundamento final, no entanto a CDU faz referência ao Imperialismo, todos estes termos que utiliza quase em todas as declarações, não combinam com esta declaração. O processo da Síria é um processo de guerra civil, interna grave que tem afetado esta deslocação massiva de refugiados e é esses refugiados que entende que temos o direito e o dever de receber de braços abertos e não receber como tem acontecido manifestações pela Europa fora com bandeiras, de uma organização fundamentalista que faz infiltração dos seus operacionais.

O problema é dos refugiados, esta iniciativa da Câmara tem todo o apoio do PSD, é importante acolher os refugiados, mas que sejam salvaguardados porque tem se verificado membros de outras organizações que aproveitam para se infiltrar.

O Exmo. Presidente esclareceu o seguinte:

Sobre os refugiados, foi solicitado informação ao Conselho Português para os Refugiados e ainda não existem diretrizes como integrar essas pessoas.

Também se procedeu à alteração de trânsito no Bairro Frederico Ulrich no sentido de criar condições de se poder fazer a passagem da ciclovia.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- De acordo com art.º 6.º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente deu a palavra, no início da reunião, ao seguinte munícipe:

- SR.ª D. EUGÉNIA MOTA, na qualidade de nova Diretora do Hotel Dom João, com domicílio profissional, na rua Padre Carlos Leonel dos Santos, n.º 1, no Entroncamento, a solicitar informação sobre o problema deste Hotel pelo qual ainda não conseguiram obter a licença. Existem 8 postos de trabalho que dependem desta licença que é fundamental para o funcionamento do Hotel. Gostaria de saber o ponto da situação.

O Exmo. Presidente, referiu que o proprietário do Hotel tem informação atualizada e relevante acerca deste processo, entende que, a munícipe como se apresenta, como a nova responsável pelo Hotel e como funcionária do proprietário do edifício em questão, deste que mandatada para o efeito, poderá consultar o processo.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ATA

- Foi presente a ata da reunião de 01 de setembro de 2015, que foi aprovada, por unanimidade, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

- O Vereador Sr. Rui Gonçalves, não participa na votação da aprovação da ata desta reunião, por não ter estado presente na mesma, de acordo com o n.º 3 do art.º 34.º do CPA.

EXPEDIENTE DIVERSO

PONTO 1

3617/15 - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO – ITI – INVESTIMENTO TERRITORIAL INTEGRADO – PACTO PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO TERRITORIAL DO MÉDIO TEJO

- E-mail de 3 de setembro de 2015, da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, a enviar o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Médio Tejo, bem como o mapa das dotações contratualizadas para cada projeto.
- A Câmara tomou conhecimento.
- O Exmo. Presidente, congratulou-se por terem assinado este pacto de coesão que sustenta um conjunto de investimentos, para a região do Médio Tejo. É um pacto em que a dimensão dos investimentos, ficam muito aquém do que era desejado, pela generalidade dos municípios da Comunidade do Médio Tejo.
- Este assunto foi aprovado em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2

10730/15 – UFE – II FESTIVAL DE VERÃO – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE RECINTO IMPROVISADO E ESPECIAL DE RUÍDO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- Carta do União Futebol Entroncamento, a solicitar a isenção de taxas de recinto improvisado e especial de ruído, para o II Festival de Verão, a realizar nos dias, 10, 11, 12 e 13 de setembro corrente, no Jardim Afonso Serrão Lopes – Zona Verde.

Sobre este assunto, o Exmo. Presidente proferiu o seguinte despacho:

«Ao abrigo da competência prevista no n.º 3 do art.º 35.º da lei 75/2013, isento do pagamento da taxa sujeito a ratificação posterior pela Câmara. À Reunião para ratificação de despacho.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade ratificar este despacho.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3

10848/15 – IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS “O VIVO CAMINHO” – CULTO MISSIONÁRIO - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA ESPECIAL DE RUÍDO

- E-mail de 08 de setembro de 2015, da Igreja Evangélica Assembleia de Deus “O Vivo Caminho”, a solicitar a isenção do pagamento da taxa especial de ruído, para a realização de culto missionário, nos dias 26 e 29 de setembro, respetivamente, no Jardim Afonso Serrão Lopes, (Zona Verde), das 17h às 18h, e na Praça da República, das 18h às 19h.
- A Câmara, deliberou por unanimidade, isentar do pagamento da taxa especial de ruído, nos locais e dias indicados.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OUTROS ASSUNTOS

PONTO 4

10947/15 – 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E AMR – 2015

- Da Técnica Superior, Dr.^a Amélia Fernandes, do Setor da Contabilidade, foi presente a informação que a seguir se transcreve, relativa à 1.^a Revisão ao Orçamento e AMR de 2015.

A SABER:

«Tendo em vista a criação da rubrica das AMR - 01.003.2014/5002.2 – Apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento, bem como a respetiva dotação no valor de 15.000,00€, destinada a compartilhar a aquisição de 2 ambulâncias, torna-se necessária a elaboração da 1.^a Revisão ao Orçamento e AMR de 2015.

Os pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.4 do POCAL, estabelecem as contrapartidas para a assunção obrigatória da forma de revisão ao orçamento, cujo texto se cita:

“8.3.1.3. O aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a revisão do orçamento,...”

“8.3.1.4. Na revisão do orçamento podem ser utilizadas as seguintes contrapartidas,...”

a) Saldo de Gerência apurado

b) Excesso de cobrança em relação à totalidade das receitas previstas em orçamento

c) Outras receitas que a autarquia esteja autorizada a arrecadar.

Na revisão n.º 1 ao Orçamento e GOP'S de 2015 será utilizado **uma parte** do Saldo de Gerência (alínea a), cujo saldo no final do ano foi de 28.392,35€.

As revisões orçamentais estão previstas no ponto 8.3.1 do POCAL e compete à Assembleia Municipal, sob proposta da câmara aprovar as revisões ao orçamento e às Grandes Opções do Plano.

Sendo assim é proposto o aumento do valor global do orçamento em 15.000€.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar e rubricar a 1.^a Revisão ao Orçamento e AMR de 2015.

- Mais deliberou, submeter este documento à aprovação da Assembleia Municipal.

- O Vereador Sr. Rui Gonçalves, fez a seguinte declaração de voto:

«Voto a favor por ser uma revisão que visa apoiar uma das instituições com um carácter socio-humanitário mais importantes do concelho.»

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5

10946/15 - ALTERAÇÃO N.º 8 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E GOP'S P/ANO ECONÓMICO 2015

- Do Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Dr. Hugo Gonçalves, foi presente a seguinte informação referente à Alteração n.º 8 do Orçamento e GOP'S para o Ano Económico de 2015, a fim de reforçar rubricas insuficientemente dotadas e inseridas no mesmo documento e a qual faz parte integrante da presente ata.

A SABER:

«Compete à Câmara Municipal nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 33 da Lei 75/2013 de 12 setembro executar as opções do plano e orçamento, assim como aprovar as suas alterações.

Neste sentido serve a presente informação para dar a conhecer o resumo da alteração n.º 8 ao orçamento e GOP'S.

Na presente alteração orçamental são reforçadas rubricas que à data de hoje apresentam um saldo bastante reduzido tendo em conta a altura do ano, com destaque para o reforço com encargos de eletricidade, aquisições de serviços e outros bens.

Para além deste tipo de reforço destaca-se igualmente verba para restituições de IMT, aquisição de equipamento para o parque de estacionamento subterrâneo, verba para arranjo de viaturas afetas aos RSU e verba para intervenção no campo relvado do bonito.

Para reforço destas rubricas tivemos que anular outras em igual montante. Na escolha destas rubricas tivemos em conta o bom funcionamento do município, ou seja, não foram afetadas dotações necessárias às despesas certas e permanentes, mas sim, rubricas cuja dotação inicial se baseia unicamente numa previsão de despesa, não havendo no momento nenhum compromisso afeto às mesmas.

Destaca-se igualmente do lado da receita a inscrição de 243.733,83 € para acolher a verba do empréstimo contratado ao abrigo do BEI. Tendo em conta as instruções da SATAPOCAL, a arrecadação do produto de empréstimos contratados deve ser feita através de uma modificação orçamental, sendo assim, o orçamento da receita irá sofrer um incremento no valor do empréstimo, ou seja, irá passar para 19.683.670,83 €.»

- A Câmara, após os esclarecimentos dados pelo Exmo. Presidente às questões colocadas pelo Vereador Sr. Rui Gonçalves, deliberou, por maioria, aprovar a Alteração n.º 8 ao Orçamento e GOP'S para o Ano Económico de 2015.

- Com 5 votos a favor dos Vereadores Srs. David Ribeiro, Carlos Amaro, Tília Nunes, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente e 1 abstenção do Vereador Sr. Rui Gonçalves.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6

10950/15 – APOIO PONTUAL À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO ENTRONCAMENTO

- Do Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Dr. Hugo Gonçalves, foi presente uma informação relativa à atribuição de um subsídio de 15.000€, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento, destinado à aquisição de 2 ambulâncias.

- A Câmara, deliberou por unanimidade, atribuir um subsídio de 15.000€, a esta associação, destinado à aquisição de 2 ambulâncias.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7

9933/14 – BEI – EMPRÉSTIMO QUADRO – VISTO DO TRIBUNAL DE CONTAS

- Na sequência da deliberação de 18 de agosto findo, foi presente um fax do Tribunal de Contas, a comunicar que deliberou conceder visto ao contrato de financiamento reembolsável (ADC), na sua sessão diária de 04-09-2015.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 8

9945/15 – EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO

- Do Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Dr. Hugo Gonçalves, foi presente a seguinte informação referente à contração de um empréstimo a curto prazo.

A SABER:

«Na sequência da reunião de Câmara do dia 18 de agosto na qual foi deliberado contrair um empréstimo de curto prazo até 450.000 €, venho por este meio

apresentar o relatório final das propostas recebidas das Instituições Bancárias consultadas.

1. Conteúdo das propostas

1.1. Convites

Foram solicitadas propostas às seguintes Instituições Bancárias com estabelecimento no Entroncamento:

Caixa Geral de Depósitos

Banco Millennium BCP

Banco Santander Totta

Novo Banco

Banco BPI

Caixa de Crédito Agrícola Mutuo

Montepio Geral

Não apresentaram proposta:

Banco BPI

Montepio Geral

1. 2. Consulta feita aos bancos

- Regime: Conta corrente
- Montante do empréstimo: até 450.000 euros
- Finalidade: Gestão de tesouraria
- Prazo de reembolso: Até 31/12/2015
- Utilização/Reembolso: livre (início de utilização previsto em outubro de 2015)
- Indexante: Definido pela entidade, sendo considerado na análise a taxa fixada no prazo limite para a entrega das propostas.
- Pagamento de juros: mensal postecipado
- Comissões e encargos inerentes ao empréstimo: A definir pela entidade
- Garantias exigidas: De acordo com a legislação em vigor
- Formalização: Deve ser discriminado na proposta
- Prazo limite para entrega das propostas: 17,00 horas do dia 31/08/2015

2. Quadro comparativo das propostas

Bancos	Montante	Indexante	Spread	Comissões	Reembolso de capital	Regime	Fixação de indexante	Pagamento de juros	Utilização / Reembolso	Garantias
Santander TOTTA	Até 450.000 €	Euribor a 6 meses	1,00%	Isenção Total	Até 31/12/2015	Conta-corrente	no início do período de contagem	Mensal	Livre	De acordo com a legislação em vigor
CGD	Até 450.000 €	Euribor a 6 meses	1,00%	Comissão de processamento 4 € a prestação	Até 31/12/2015	Conta-corrente	Média do mês anterior	Mensal	Livre	De acordo com a legislação em vigor
Crédito Agrícola	Até 450.000 €	Euribor a 3 meses	1,50%	Comissão Imobilização: 0,5 % Comissão de Abertura 1.125 € Restantes comissões: Isento	Até 31/12/2015	Conta-corrente	Não referido	Mensal	Tranches de 45.000 €	Não referido
Millennium BCP	Até 450.000 €	Não referido	2,00%	Não referido	Até 31/12/2015	Conta-corrente	Não referido	Não referido	Não referido	Não referido
Novo Banco	Até 450.000 €	Euribor a 6 meses	2,75%	Isenção total	Até 31/12/2015	Conta-corrente	no início do período de contagem	Mensal	Livre	De acordo com a legislação em vigor

Analisando o quadro comparativo, verifica-se que as entidades bancárias apresentam condições muito semelhantes, à exceção do “spread”, taxa que acresce à Euribor e que representa a remuneração da instituição financeira.

Este indicador surge-nos com um leque que varia entre 1,00 % do Santander TOTTA e Caixa Geral de Depósitos e 2,75 % do Novo Banco.

De referir que apenas o Crédito Agrícola apresenta comissões de abertura do processo, totalizando um encargo para o Município no valor de 1.125,00 €.

Todas as propostas propõem como indexante a Euribor a 6 meses à exceção da Caixa de Crédito Agrícola que propõe a Euribor a 3 meses.

3. Análise das propostas

Segue abaixo quadro resumo das propostas recebidas.

Bancos	Montante	Spread	Indexante (a)	Taxa Nominal	Encargos previsionais (ANO)	Encargos previsionais (OUT. A DEZ)	Comissoes	Encargos Totais (previsão)
Santander TOTTA	Até 450.000 €	1,00%	0,039%	1,039%	4.675,50	1.168,88	0,00	1.168,88
CGD	Até 450.000 €	1,00%	0,044%	1,044%	4.698,00	1.174,50	12,00	1.186,50
Millennium BCP	Até 450.000 €	2,00%	0,039%	2,039%	9.175,50	2.293,88	0,00	2.293,88
Crédito Agrícola	Até 450.000 €	1,50%	-0,033%	1,467%	6.601,50	1.650,38	1.125,00	2.775,38
Novo Banco	Até 450.000 €	2,75%	0,039%	2,789%	12.550,50	3.137,63	0,00	3.137,63

Analisando o quadro acima chega-se à conclusão que a proposta mais vantajosa para o Município é a apresentada pelo banco Santander TOTTA, a qual acarretará um custo previsional de 1.168,88 €.

Em termos de SPREAD existe um empate entre o Santander TOTTA e a CGD, fazendo com que o critério de desempate seja feito com recurso às comissões cobradas e à escolha do indexante.

Em relação às comissões o TOTTA refere na sua proposta que a operação está totalmente isenta de comissões, e a CGD refere que existe uma comissão de processamento de 4 €/prestação. Apesar a diferença ser diminuta existe uma diferenciação entre as 2.

No que diz respeito ao indexante, apesar de ambas referirem a Euribor a 6 meses, o TOTTA refere que a Euribor a vigorar até ao final do contrato é a que está em vigor no início de cada período de contagem de juros, e a CGD refere que é a média aritmética simples das cotações do indexante no mês anterior à contagem dos juros.

Fixando a Euribor a 6 meses a 31.08.2015 com base neste 2 critérios as taxas são as seguintes:

Média aritmética do mês anterior (agosto): 0,044 %

Taxa no final do dia de 31.08.2015: 0,039 %

Feita a análise propõe-se que a câmara delibere:

Nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e respetivas declarações de retificação, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º daquele Regime Jurídico:

1. Autorize a Câmara municipal a contrair, em 2015, um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de 450.000 € de utilização, em conformidade com a consulta feita à banca e com prazo máximo até 31/12/2015, e submetido ao regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

2. Autorize a contratação deste financiamento junto do Banco Santander TOTTA, que apresentou a proposta mais vantajosa para o Município, conforme análise feita na presente informação, para o montante solicitado de 450.000 €, spread de 1 % e Euribor a 6 m, com isenção de quaisquer comissões, e a celebração do respetivo contrato.»

- A Câmara, deliberou por maioria, aprovar a contratação do empréstimo junto do Banco Santander TOTTA, no montante de 450.000€, de acordo com a informação e submeter à aprovação da Assembleia Municipal.

- Com 5 votos a favor dos Vereadores Srs. David Ribeiro, Carlos Amaro, Tília Nunes, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente e 1 voto contra do Vereador Sr. Rui Gonçalves, que fez a seguinte declaração de voto:

«Em linha com a posição tomada na reunião de 18 de Agosto de 2015, votamos contra o presente documento.»

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 9

10795/15 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TÉCNICOS DE DESPORTO PARA PROJETO VIVER + ATIVO – PARECER PRÉVIO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- Da Técnica Superior, Dr.ª Filipa Silvestre, do Setor de Aprovisionamento, foi presente a seguinte informação referente à contratação de Prestação de Serviços para Técnicos de Desporto para Projeto + Ativo.

A SABER:

«I – Enquadramento geral – necessidade de contratar técnicos de desporto para apoio do projeto “VIVER + ATIVO”

Na sequência da informação da Sr.ª Vereadora Dr.ª Tília Nunes, constante no registo do MGD 10795/2015, torna-se necessário proceder à contratação de 4 técnicos de desporto para apoio do projeto “Viver + Ativo”, de setembro de 2015 a agosto de 2016, nas seguintes modalidades: Hidroginástica, Hidrocycle de Suspensão, Hidrocycle, Ginástica e Movimento A, Zumba Gold e Danças Sociais

Segundo a referida informação será necessário contratar os seguintes técnicos, cuja carga horaria durante a totalidade do projeto é de:

- Ana Margarida Azevedo - 716 horas
- João Domingues - 355 horas
- Tiago Santos - 87 horas
- Renato Prates - 88 horas

Para efeitos de apuramento do valor base teve-se como referência o valor hora do contrato anterior ou seja 14 €/hora; sendo que em primeira instância os valores a considerar seriam os seguintes:

TÉCNICO DE DESPORTO		VALOR
----------------------------	--	--------------

	HORAS					
	TOTAL	2015	2016	TOTAL	2015	2016
Ana Margarida Azevedo	716	237	479	10.024€	3.318€	6.706€
João Domingues	355	119	236	4.970€	1.666€	3.304€
Tiago Santos	87	29	58	1.218€	406€	812€
Renato Prates	88	29	59	1.232€	406€	826€

Visto tratar se de uma prestação de serviços ter-se-á de aplicar por força da LOE2015 a redução remuneratória, conforme o disposto no n.º 1 do art.º 2.º da Lei 75/2014 de 12 de setembro às prestações de serviços de valor superior a 1500€.

Assim deverá ser aplicada uma redução de 8% - c) do n.º 1 do art.º 2 em articulação com o art.º 4.º da Lei 75/2014 de 12 de setembro – aos contratos a celebrar com Ana Margarida Azevedo e João Domingues.

TÉCNICO DE DESPORTO	VALOR A CABIMENTAR		
	TOTAL (isento de iva)	2015 (isento de iva)	2016 (isento de iva)
Ana Margarida Azevedo (c/ redução)	9.222,08€	3.052,56€	6.169,52€
João Domingues (c/ redução)	4.572,40€	1.532,72€	3.039,68€
Tiago Santos (s/ redução)	1.218€	406€	812€
Renato Prates (s/ redução)	1.232€	406€	826€

Desta forma o valor hora após aplicação da redução remuneratória passa de 14€ para 12,88€ (isento de iva) para os técnicos Ana Margarida Azevedo e João Domingues e 14€ (isento de iva) para os técnicos Tiago Santos e Renato Prates uma vez que estes últimos não ultrapassam um valor total de 1.500€

Em termos de escolha de procedimento prevista no art.º 18 do CCP, iremos recorrer ao:

- Ajuste direto simplificado, ao abrigo do art.º 128.º do CCP para os seguintes técnicos de desporto:

	Ano 2015	Ano 2016
João Domingues (355 horas a 12.88€/h)	1.532,72€	3.039,68€
Tiago Santos (87 horas a 14€/h)	406€	812€
Renato Prates (88 horas a 14 €/h)	406€	826€

- Ajuste direto ao abrigo do n.º 2 do art.º 113.º do CCP com convite ao seguinte técnico de desporto:

	Ano 2015	Ano 2016
Margarida Azevedo (796 horas a 12,88€/h)	3.052,56€	6.169,52€

II – Enquadramento legal do pedido de parecer prévio vinculativo

Tendo por base o acima exposto e para efeitos da emissão do parecer prévio da câmara para a contratação do Técnico Ana Margarida Azevedo para apoio ao Projeto Viver + Ativo cumpre nos instruir o respetivo processo acerca dos seguintes elementos, nos termos do no n.º 5 e n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014. (LOE2015)

a) Descrição do contrato e seu objeto, demonstrando não se tratar de trabalho subordinado

- O presente procedimento reveste a forma de prestação de serviços, e tem como objeto o já supra descrito, tratando-se de trabalho não subordinado, o qual é prestado com autonomia e não se encontra sujeito à disciplina e à direção do Município, tal como refere a informação da Sr.ª Vereadora Dr.ª Tília Nunes.

No que respeita à obrigação de demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, a mesma encontra-se regulamentada na Portaria n.º 48/2014 de 26 de Fevereiro, que estabelece as regras a observar para procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação. Portanto, previamente à celebração de prestação de serviços deverá ser verificada a existência de trabalhadores em situação de requalificação aptos a suprir as necessidades do serviço que se pretende contratar.

Porém, no dia 8 de Julho de 2014 foi celebrado Acordo entre o Governo de Portugal e a Associação de Municípios no qual se estipulou que as autarquias não estão sujeitas à consulta prevista na Portaria n.º 48/2014, de 26 de Fevereiro.

b) Declaração de confirmação de cabimento orçamental

– O valor estimado para a celebração do respetivo contrato é de 9.222,08€, sendo cabimentado na rubrica 0202 020220 PPI 02 020 2014/5017 10, cerca de 3.052,56€ no que respeita ao ano de 2015, conforme fichas de cabimento que se anexam.

Tratando se uma despesa plurianual e para os efeitos da c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei 8/2012, declara-se que a presente despesa se enquadra se na autorização genérica favorável concedida pela Assembleia Municipal – art.º 21.º do Regulamento do Orçamento Municipal do Entroncamento aprovado pelo órgão executivo em 28/10/2014 e pelo órgão deliberativo em 21/11/2014

c) Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato

– Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa, irá ser adotado o procedimento por Ajuste Direto em conformidade com al. a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, visto que o contrato a celebrar não ultrapassa os 75.000€. Será convidada a apresentar proposta a seguinte entidade para a qual se verificou a inexistência dos impeditivos previstos nos n.ºs 2 e 5 do artigo 113.º do CCP:

Ana Margarida Antunes Azevedo

d) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória

– Para a verificação do cumprimento da redução remuneratória, dispõe o Orçamento

de Estado, que o artigo 75.º da LOE 2015 (redução remuneratória) nos seus n.ºs 1 e 4; é aplicável aos valores pagos por contratos de prestações de serviços que venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2014; sendo o valor de referência o estipulado no n.º 1 do art.º 2.º da Lei 75/2014 de 12 de setembro” *São reduzidas as remunerações totais ilíquidas (..) de valor superior a 1.500€.*

Assim irá ser aplicada uma redução de 8% - c) do n.º 1 do art.º 2 em articulação com o art.º 4.º da Lei 75/2014 de 12 de setembro, tal como se demonstra:

Valores Contrato (716 horas) - valores de 2014 – 10.024€

Valores Contrato (716 horas) - valores para 2015 – 9.222,08€

O valor hora por atividade passa assim de 14€ para 12,88€.

III – Da proposta em sentido estrito

Assim, propõe – se que:

A Câmara Municipal do Entroncamento, delibere emitir parecer favorável à celebração do contrato de serviços com Ana Margarida Antunes Azevedo Marques cujo objeto visa Apoiar para Projeto Viver + Ativo de setembro de 2015 a julho de 2016, pelo valor de 9.222,08€, isento de iva, de acordo com o disposto nos artigos 10.º e 32.º da Lei 35/2014 de 20 de junho e do artigo 75.º da LOE 2015.»

Sobre este assunto a Sr.ª Vice-Presidente, Ilda Joaquim, no impedimento do Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:

«Ao abrigo da competência prevista no n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, emito o parecer prévio, sujeito a ratificação posterior pela Câmara.»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, ratificar este despacho.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 10

10908/15 – MAPA DE PESSOAL DE 2015

- Na sequência de uma informação do Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Obras, relativa a admissão de um técnico superior – Arquiteto, para esta Divisão, foi presente uma alteração ao Mapa de Pessoal de 2015.

- A Câmara, deliberou por maioria, aprovar a alteração ao mapa de pessoal 2015 e enviar para a Assembleia Municipal, para a aprovação, conforme previsto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

- Com 5 votos a favor dos vereadores Srs. David Ribeiro, Carlos Amaro, Tília Nunes, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente e 1 voto contra do Vereador Sr. Rui Gonçalves, que fez a seguinte declaração de voto:

«A saída de dois Engenheiros do quadro do Município, bem como o término de diversos estágios de Engenharia Civil poderiam, e talvez deveriam, proporcionar a contratação de alguém que serviria para o desenvolvimento desta área de trabalho. Tendo auscultado a opinião de vários técnicos da área de Engenharia Civil, bem como da área de Arquitetura, um facto se torna claro: grande parte das competências funcionais descritas na informação prestada tem mais acolhimento na área de Engª Civil do que na de Arquitetura.

É curioso, e reforça a nossa posição, o *lapsus linguae* do prestador da informação quando afirma:

“... propõe-se a admissão, no mais curto prazo possível, para o serviço da Divisão de Gestão de Urbanística e Obras – DGUO, de um técnico superior com o perfil de **Arquiteto civil.**”

Não existindo, como nos foi transmitido, esta classificação profissional, e possuindo a noção que uma reorganização interna poderia libertar o pessoal existente na área para as funções propostas, contratando posteriormente um Engenheiro Civil, esse sim em falta, não nos resta senão votar contra esta proposta, reservando-nos o direito de futuras intervenções sobre o assunto, aquando do seu desenvolvimento.»

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 11

10538/15 – HABITAÇÃO SOCIAL – ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR E RESPECTIVA OCUPAÇÃO SEM TÍTULO – PEDIDO DE ANA CRISTINA GONÇALVES FONSECA SOUSA

- Do Serviço de Apoio Social e Psicológico, foi presente a seguinte informação relativa à alteração da composição do agregado familiar e ocupação sem título de habitação social:

«Na sequência do Vosso despacho datado de 04/09/15, informa-se Vossa Ex.^a que:

1- De acordo com a solicitação da arrendatária Ana Cristina Gonçalves Fonseca Sousa, moradora na habitação social sita na rua Dr. Abílio Américo Belo Tavares, n.º 3, foi efetuada a alteração da composição do seu agregado familiar no sistema da habitação social. Para melhor documentação do processo propõem os serviços que a requerente apresente nos mesmos, documento comprovativo do seu atual agregado familiar, atestado pela Junta de Freguesia da sua área de residência, assim como cópia da queixa formalizada pela D. Ana Cristina na PSP do Entroncamento.

2- Assim, de acordo com o transmitido pela titular do arrendamento, constata-se que o Senhor Ricardo Nuno Mota Gonçalves se encontra a ocupar a habitação acima referida, sem título para o efeito, dado que o mesmo deixou de fazer parte do agregado familiar da requerente, a pedido da mesma através de carta enviada ao Município, a qual faz parte deste processo em documento visualizar;

3- Informa-se ainda que a tramitação dos processos relativos a Ocupações sem Título (por quem não detém contrato ou documento de atribuição ou de autorização que a fundamente) encontra-se prevista no artigo 35.º da lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro. Assim, perante estas ocupações indevidas o senhorio ou proprietário pode fixar um prazo para o ocupante desocupar a habitação e entregá-la livre de pessoas e bens, devendo na comunicação que for feita pelo senhorio ser indicado o fundamento da obrigação de entrega da habitação. Mais se informa que, caso não seja cumprida de forma voluntária essa obrigação de desocupação e entrega da habitação, poderá haver lugar a despejo mediante requisição para o efeito das forças policiais competentes.

Assim, atento ao supra exposto, poderá Vossa Ex.^a remeter o presente processo à Câmara Municipal para que esta delibere notificar o ocupante para que proceda à desocupação da habitação e a entrega livre de pessoas e bens, num prazo de 15 dias, com o fundamento de estar a ocupar a habitação sem dispor de qualquer título ou autorização para o efeito. Mais se sugere que as notificações a efetuar sejam realizadas pelas forças policiais.»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, notificar o ocupante para que proceda à desocupação da habitação e a entrega livre de pessoas e bens, num prazo de 15 dias, com o fundamento de estar a ocupar a habitação sem dispor de qualquer título ou autorização para o efeito.

- Mais deliberou que a presente notificação seja efetuada pelas forças policiais.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 12

16670/15 – PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS EM HABITAÇÕES SOCIAIS DO BAIRRO FREDERICO ULRICH

- Do Serviço de Apoio Social e Psicológico, foi presente a seguinte informação relativa à prática de atos ilícitos em habitações sociais do Bairro Frederico Ulrich:

«Na sequência da informação enviada ao Município por parte da Polícia de Segurança Pública, em anexo (15) onde são identificadas várias habitações propriedade do Município, que foram utilizadas para práticas ilícitas e no seguimento do Vosso despacho datado de 04/09/15 para respetiva avaliação, tendo em conta a legislação e regulamentos em vigor, informa-se o seguinte:

1. a) De acordo com o n.º 3 do artigo n.º 24 do Regulamento de Atribuição e Gestão de Fogos de Renda Social (regulamento em vigor à data da prática dos factos), a utilização da Habitação Social para práticas ilícitas, morais ou desonestas, poderá constituir matéria para a realização de Despejo, por parte do Município;

b) Atualmente, de acordo com a Lei n.º 81/14 de 19 de dezembro que estabelece o novo regime do arrendamento apoiado, consagra-se a possibilidade de resolução do contrato de arrendamento pelo senhorio, para além das causas previstas nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 25.º, também as situações previstas no NRAU (no caso, alínea b) do n.º 2 do artigo 1083.º do Código Civil, na sua redação atual, constituindo fundamento de resolução do contrato, o incumprimento que pela sua gravidade ou consequências, torne inexigível à outra parte a manutenção do arrendamento, designadamente na “utilização do prédio, contrária à Lei, aos seus costumes ou à ordem pública”.

c) De acordo ainda com o n.º 3 do artigo 25.º da Lei n.º 81/14 de 19 de dezembro, o senhorio deve fixar o prazo, no mínimo de 60 dias, para a desocupação e entrega voluntária da habitação, não caducando o seu direito à resolução do contrato ainda que o arrendatário ponha termo à causa que o fundamentou. Há a salientar que nas habitações identificadas pela PSP, existem dois agregados familiares com menores, os quais se encontram a frequentar estabelecimentos de ensino.

2. De referir ainda que em paralelo a este processo, encontra-se a decorrer relativamente a uma das habitações identificadas, um outro processo no registo n.º 10538/15, para possível desocupação de habitação por um dos elementos da habitação sita na Rua Dr. Abílio Américo Belo Tavares, n.º 3, o qual não possui título para residir na mesma.

3. Assim, atendendo aos atos ilícitos descritos e comunicados pela Polícia de Segurança Pública a este Município, propõem os serviços que este assunto seja remetido à Câmara Municipal para respetiva decisão.»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, proceder à resolução do contrato de arrendamento, notificando os titulares para se pronunciarem.

- Mais deliberou, notificar os mesmos para que procedam à desocupação e entrega voluntária das habitações identificadas pela PSP, num prazo de 60 dias, para os agregados familiares sem menores e de 90 dias para os agregados familiares com menores.

- Deliberou ainda, que as presentes notificações sejam efetuadas pelas forças policiais.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

PONTO 13

10198/15 – EXECUÇÃO DE CICLOVIAS – FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, N.º 8 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- Presente o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação n.º 8 do Contrato Inicial, no valor de 80.273,95€ (Oitenta mil duzentos e setenta e três euros e noventa e cinco cêntimos), elaborado em 31 de julho de 2015, referente à empreitada da “Execução de Ciclovias – Freguesia de Nossa Senhora de Fátima”, adjudicada à Firma Cordivias – Engenharia, Lda.

Sobre este assunto, o Exmo. Presidente proferiu o seguinte despacho:

«Ao abrigo da competência prevista no n.º 3 do art.º 35.º da lei 75/2013, homologo o presente auto, sujeito a ratificação posterior pela Câmara.»

- A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação dos serviços, deliberou, por unanimidade, ratificar este despacho.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 14

10844/15 - EXECUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR NORTE E ACESSIBILIDADES – CONCLUSÃO - AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, N.º 3

- A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação dos serviços, deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação n.º 3 do Contrato Inicial, no valor de 62.636,93€ (sessenta e dois mil seiscentos e trinta e seis euros e noventa e três cêntimos), elaborado em 21 de agosto de 2015, referente à empreitada da “Execução do Centro Escolar Norte e Acessibilidades - Conclusão”, adjudicada à Firma J. C. Bartolomeu – Instalações Elétricas, Lda.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 15

10845/15 - EXECUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR NORTE E ACESSIBILIDADES – CONCLUSÃO - AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS A MENOS, N.º 1

- A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação dos serviços, deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos a Menos, Situação n.º 1 do Contrato Inicial, no valor de – 1.243,44€ (mil duzentos e quarenta e três euros e quarenta e quatro cêntimos), elaborado em 21 de agosto de 2015, referente à empreitada da “Execução do Centro Escolar Norte e Acessibilidades - Conclusão”, adjudicada à Firma J. C. Bartolomeu – Instalações Elétricas, Lda.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 16

8814/15 – CONCEPÇÃO/EXECUÇÃO DA REDE ABERTA MULTI-SERVIÇOS – AUTO DE REVISÃO DE PREÇOS (DEFINITIVA) E CONTA FINAL

- Presente o Auto de Revisão de Preços (Definitiva), no valor de -753,29€ (setecentos e cinquenta e três euros e vinte e nove cêntimos – valor negativo), elaborado em 08 de julho de 2015, referente à empreitada da “Concepção/Execução da Rede Aberta Multi-Serviços”, adjudicada à Firma Unitelco – Engenharia e Construção em Telecomunicações, SA.

- Presente também, o Mapa da Conta Final, no valor total de 226.842,62 €, (Duzentos e vinte e seis mil oitocentos e quarenta e dois euros e sessenta e dois cêntimos, elaborado em 15 de julho de 2015).
- A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação dos serviços, deliberou, por unanimidade, homologar o auto de revisão de preços (definitiva) e a conta final da empreitada.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES

PONTO 17

3542/15 - PROC.º DE OBRAS N.º 03/2015 – CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO RIBATEJO NORTE, CRL – LEGALIZAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO (DESTINADO A SERVIÇOS JARDIM DE INFÂNCIA) - PROJETO DE ARQUITETURA

- Presente o processo de obras número 03/2015, em nome de Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Ribatejo Norte, CRL., referente à legalização/ampliação de edifício (destinado a serviços Jardim de Infância), na rua 1.º de Dezembro, número 40, nesta cidade, conforme o projeto de arquitetura que junta.

- O Arquiteto José Tavares, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, emitiu, o seguinte parecer:

«Pretende o requerente a legalização de alterações (algumas já executadas) para jardim-de-infância no local acima descrito.

A proposta refere-se concretamente a ampliação nos dois pisos com inclusão de novas valias relativas à atividade.

Apresenta também soluções para superar irregularidades que condicionaram o deferimento de proposta anterior.

São rececionadas as respostas das entidades, Direção Geral de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT) e Delegação de Saúde que deverão ser remetidas para conhecimento do requerente.

Na análise ao projeto de arquitetura, após a auscultação às entidades supra citadas, verifica-se que a pretensão é merecedora de parecer favorável, com as condicionantes indicadas no parecer da Delegação de Saúde, pelo que o projeto se encontra em condições de ser deferido. Deverá, ainda, ser solicitada a apresentação, no prazo de 6 meses, os projetos de especialidades nos termos do nº 4 do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 136/2014 de 9 de Setembro.

No que respeita as condições de acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida, mais concretamente ao cumprimento do decreto-lei 163/2006 de 8 de Agosto, o projeto apresentado não contempla dispositivo mecânico que permita a acessibilidade, ao 1.º piso. No entanto como se trata de um estabelecimento existente, á data anterior a 22 de Agosto de 1997, poderá o requerente proceder à adaptação das instalações de acordo com o ponto 1 do ao artigo 9.º do referido diploma.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de acordo com este parecer.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 18

10067/15 - PROC.º DE OBRAS N.º 12/2015 – PATRÍCIA SALVADOR & ADÉLIO FERREIRA – ÓPTICA, LDA. – ALTERAÇÃO DE FACHADA DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL – PROJETO DE ARQUITETURA

- Presente o processo de obras número 12/2015, em nome de Patrícia Salvador & Adélio Ferreira – Óptica, Lda., referente à alteração de fachada de estabelecimento comercial, na rua Luís Falcão de Sommer, número 29 – r/chão (Fração B), nesta cidade, conforme o projeto de arquitetura que junta.
- O Arquiteto Silvino Santos, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, emitiu, o seguinte parecer:
«Trata-se da alteração duma montra, sem qualquer problema de integração, pelo que o processo está em condições de merecer deferimento, não se justificando a apresentação de quaisquer projetos de especialidades.»
- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de acordo com este parecer.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 19

10676/15 - PROC.º DE OBRAS N.º 12/2013 – CASA DO BENFICA NO ENTRONCAMENTO – ALTERAÇÃO DE ESTABELECIMENTO PARA SEDE DA CASA DO BENFICA COM ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS DECISÃO FINAL

- Presente o processo de obras número 12/2013, em nome da Casa do Benfica no Entroncamento, referente à alteração de estabelecimento para Sede da Casa do Benfica com estabelecimento de restauração e bebidas, na rua 5 de Outubro, números 72 e 74, nesta cidade, no seguimento do deferimento do projeto de arquitetura e apresentação dos projetos das especialidades.
- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de acordo com os condicionamentos do parecer do Técnico Superior Eng.º Civil Joaquim Canteiro, da DGUO - Divisão de Gestão Urbanística e Obras, emitido em 08-09-2015.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata.
- E eu, _____, Assistente Técnica na Secção da Secretaria Geral e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente.